

Rolagem: CEF nega pressão.

SUSPENSÃO DE FINANCIAMENTOS PRESSIONARIA GOVERNADORES A ASSINAREM ACORDO PARA ROLAGEM DA DÍVIDA

BEATRIZ ABREU/AE
e VÂNIA CRISTINO/AE

O presidente da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, negou ontem que a suspensão dos financiamentos dos bancos oficiais federais ao setor público — incluindo Estados e municípios, empresas estatais federais e estaduais — até o dia 15 de abril, venha sendo utilizada como um instrumento de pressão junto aos governadores para que assinem, até julho, o acordo de refinanciamento de suas dívidas com a União. A suspensão dos financiamentos foi determinada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em 28 de fevereiro, para impedir o estouro das contas públicas no primeiro trimestre.

Segundo Álvaro Mendonça, a suspensão dos desembolsos e das novas contratações visa apenas promover o levantamento do estoque da dívida de Estados e municípios, para que possa ser feita a renegociação da dívida com base na lei 8.388. Se essa posição mudasse todo dia, com novos desembolsos e contratações, ficaria difícil fazer o levantamento.

Também o diretor de Política Monetária do Banco Central, Pedro Bodin, negou a existência de qualquer tipo de pressão por parte do governo federal para o fechamento da renegociação da dívida dos Estados. Bodin garante que o BC está apenas cumprindo, rigorosamente, a lei aprovada pelo Congresso. “Não cabe ao BC interpretar as leis que o Congresso

Nacional faz. Cabe ao BC executá-las”.

Fontes governamentais informaram ontem que o bloqueio nos empréstimos foi a alternativa que a equipe econômica encontrou para compensar a queda real de 16% (descontada a inflação) na arrecadação de impostos federais em janeiro e fevereiro em relação ao primeiro bimestre do ano passado. Os técnicos explicaram que a perda de receita comprometeu a obtenção de um superávit nas contas do Tesouro, inviabilizando a meta de um superávit primário (medido sobre o caixa do Tesouro) no primeiro trimestre de Cr\$ 6,5 trilhões do programa econômico aprovado pelo Fundo Monetário Internacional.

Segundo assessores do governo, diante da impossibilidade de se gerar um ganho de caixa do Tesouro Cr\$ 300 bilhões no primeiro trimestre a única alternativa é conter a liberação de empréstimos por parte dos bancos oficiais. “Caso a medida não fosse adotada haveria um risco de um déficit maior nas contas públicas”, explicou um técnico. Em janeiro, assessores do departamento do Tesouro Nacional anunciaram que a participação do governo federal nas contas públicas seria com um superávit de Cr\$ 600 bilhões. Ontem, no entanto, os mesmos técnicos explicaram que, na realidade, a meta de superávit para o Tesouro seria de Cr\$ 300 bilhões de janeiro a março e de Cr\$ 600 bilhões durante o segundo trimestre.